

Demonstrações Financeiras

2019

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referentes ao exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2019.

O segundo semestre de 2019 teve uma melhora gradual dos ativos financeiros das perspectivas de crescimento da economia brasileira. Após um primeiro semestre com revisões negativas para o PIB, uma leve reversão positiva foi observada ao longo do segundo semestre quando a divulgação do PIB do 2T veio melhor com alta de 0,40%, as projeções do PIB para o ano de 2019 ficaram em 1,1%. Em linha com as revisões positivas do PIB a taxa de desemprego também apresentou melhora, caindo de 12,3% para 11% no final do ano de 2019. Na terceira semana de outubro a PEC da previdência passou no senado com votação expressiva e o governo sinalizou o encaminhamento da reforma administrativa, dando continuidade no plano de reformas.

Com relação a inflação, o IPCA encerrou o ano com alta acumulada em 12 meses de 4,31%, com a inflação sob controle o COPOM reduziu gradativamente a taxa de juros durante o segundo semestre, levando a Selic de 6,5% para 4,5%. Diante de um cenário fiscal positivo o Banco Central ainda tem espaço para mais cortes de juros estimulando o crescimento econômico que ainda segue lento, sem gerar inflação, demonstrando uma mudança estrutural do nível de taxa de juros real neutra da economia brasileira.

No cenário externo, os destaques foram os cortes de juros no Estados Unidos, continuidade de estímulos monetários na Europa e menor crescimento na economia chinesa. Nos Estados Unidos o FED cortou a taxa três vezes em 0,25% e a autoridade monetária continua preocupada com a desaceleração da economia local e os níveis inflacionários ainda abaixo da meta. Na Europa o BCE anunciou novo corte de juros, levando a taxa para -0,5%. A economia chinesa continua em processo de desaceleração, tendo registrado a menor taxa de expansão do PIB dos últimos anos. A intensificação da guerra comercial continua como principal tema da região.

Apesar do cenário de menor crescimento do Brasil em 2019 e a continuidade da guerra comercial entre Estados Unidos e China, que traz instabilidade para a economia global, seguimos confiantes na retomada da economia brasileira com a atuação da equipe econômica e continuidade das reformas necessárias contribuindo para a manutenção da confiança dos agentes.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2019 com R\$ 2.815.021 em ativos, decréscimo de 31% em relação ao apresentado no exercício anterior e a carteira de crédito apresentou decréscimo de 24% atingindo R\$ 1.634.736. Além disso, encerrou o exercício com lucro de R\$ 132.453.

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, através de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pela credibilidade do grupo em que está inserido e conhecimento do agronegócio.

A Administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes e políticas do Código de Conduta do Grupo Cargill, um manual baseado em sete Princípios Éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos em conservação e restauração do meio ambiente. Entendemos que para atingir o nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar dependemos do relacionamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, a Cargill investe em um relacionamento maduro e perene com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução da empresa, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 25 de março de 2020

A Administração

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		2.571.518	3.859.064
Disponibilidades	4	20.837	38.455
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	156.024	209.050
Aplicações no mercado aberto		156.024	209.050
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		151.183	400.234
Carteira própria	6a	62.626	176.090
Vinculados à prestação de garantias	6a	58.571	73.671
Instrumentos financeiros derivativos	6b	29.986	150.473
Operações de crédito		1.058.916	1.071.075
Operações de crédito - setor privado	7a	1.087.016	1.117.415
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(28.100)	(46.340)
Outros créditos		1.184.463	2.140.054
Carteira de câmbio	8	1.171.770	2.132.645
Negociação e Intermediação de Valores	6b	417	-
Diversos	9	13.043	34.499
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(767)	(27.090)
Outros valores e bens		95	196
Despesas antecipadas		95	196
Realizável a Longo Prazo		243.389	240.430
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		18.143	20.853
Instrumentos financeiros derivativos	6b	18.143	20.853
Relações interfinanceiras		84	44
Créditos vinculados - Banco Central		84	44
Operações de crédito		171.464	145.675
Operações de crédito - setor privado	7a	210.514	216.425
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(39.050)	(70.750)
Outros créditos		53.639	73.858
Diversos	9	53.639	73.858
Outros valores e bens		59	-
Despesas antecipadas		59	-
Permanente		114	303
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	10	-	189
Outras imobilizações de uso		179	538
Depreciação acumulada		(179)	(349)
Intangível		113	113
Ativos intangíveis		113	113
Total do Ativo		2.815.021	4.099.797

(Em milhares de reais - R\$)

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		1.436.773	3.138.909
Depósitos	11	11.058	89.584
Depósitos à vista		283	1.634
Depósitos a prazo		10.775	87.950
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	104.823	603.534
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		104.823	603.534
Relações interdependências	22a	6.916	14.443
Recursos em trânsito de terceiros		6.916	14.443
Obrigações por empréstimos	13	337.415	737.907
Empréstimos no exterior		337.415	737.907
Obrigações por repasses do exterior	14	95.511	134.870
Repasses do exterior		95.511	134.870
Instrumentos financeiros derivativos	6b	53.244	120.148
Instrumentos financeiros derivativos		53.244	120.148
Outras obrigações		827.806	1.438.423
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1	-
Carteira de câmbio	8	808.893	1.431.651
Fiscais e previdenciárias	16a	18.355	5.927
Negociação e Intermediação de Valores	6b	-	185
Diversas	16b	557	660
Exigível a Longo Prazo		747.984	452.625
Obrigações por repasses do exterior	14	665.066	406.854
Repasses do exterior		665.066	406.854
Instrumentos financeiros derivativos	6b	55.760	18.613
Instrumentos financeiros derivativos		55.760	18.613
Outras obrigações		27.158	27.158
Diversas	16b	27.158	27.158
Patrimônio Líquido		630.264	508.263
Capital social	18a	630.207	508.153
De domiciliados no país		408.475	373.874
Reservas de lucros		221.732	134.279
Ajustes de avaliação patrimonial		57	110
Total do Passivo		2.815.021	4.099.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2º semestre		Exercícios	
		2019	2019	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira		242.932	291.976	529.363	
Operações de crédito	20a	91.590	139.441	178.496	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20b	7.555	22.589	25.001	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20c	143.787	129.946	140.402	
Resultado de operações de câmbio	20f	-	-	185.464	
Despesas da intermediação financeira		(167.429)	(79.764)	(179.548)	
Operações de captação no mercado	20d	(7.617)	(23.502)	(35.457)	
Operações de empréstimos e repasses	20e	(77.979)	(106.046)	(263.578)	
Resultado de operações de câmbio	20f	(81.117)	(26.479)	-	
(Provisão)/Reversão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(716)	76.263	119.487	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		75.503	212.212	349.815	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(14.187)	(27.599)	(140.215)	
Receitas de prestação de serviços		140	246	136	
Despesas de pessoal	20g	(5.581)	(7.573)	(6.774)	
Outras despesas administrativas	20h	(3.816)	(9.023)	(13.564)	
Despesas tributárias	20i	(4.737)	(9.756)	(8.640)	
Outras receitas operacionais	20j	3.966	8.524	55	
Outras despesas operacionais	20k	(4.159)	(10.017)	(111.428)	
Resultado Operacional		61.316	184.613	209.600	
Resultado Não Operacional		(22)	47	-	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		61.294	184.660	209.600	
Imposto de Renda e Contribuição Social	15a	(2.878)	(52.207)	(78.987)	
Provisão para imposto de renda		(5.879)	(16.358)	(950)	
Provisão para contribuição social		(3.574)	(9.872)	(788)	
Ativo fiscal diferido		6.575	(25.977)	(77.249)	
Lucro Líquido do Semestre/Exercícios		58.416	132.453	130.613	
Juros sobre o Capital Próprio		(45.000)	(45.000)	(35.000)	
Quantidade de Ações do Capital Social		408.475.347	408.475.347	373.873.667	
Lucro por ação no Semestre/Exercícios - R\$1,00		0,14	0,32	0,35	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	346.835	-	11.466	84.108	793	(56.908)	386.294
Aumento de capital	-	27.039	-	-	-	-	27.039
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	(683)	-	(683)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	130.613	130.613
Destinações:							
Reservas	-	-	7.134	31.571	-	(38.705)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	346.835	27.039	18.600	115.679	110	-	508.263
Aumento de capital	27.039	7.562	-	-	-	-	34.601
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	(53)	-	(53)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	132.453	132.453
Destinações:							
Reservas	-	-	6.623	80.830	-	(87.453)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	373.874	34.601	25.223	196.509	57	-	630.264
Saldos em 30 de Junho de 2019	373.874	-	22.302	186.014	11	-	582.201
Aumento de capital	-	34.601	-	-	-	-	34.601
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	46	-	46
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	58.416	58.416
Destinações:							
Reservas	-	-	2.921	10.495	-	(13.416)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	373.874	34.601	25.223	196.509	57	-	630.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2º semestre		Exercícios	
	2019	2019	2019	2018
Atividades Operacionais	58.920	(60.398)	96.547	
Lucro líquido ajustado	62.016	108.433	90.185	
Lucro do semestre/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	61.294	184.660	209.600	
Provisão/(Reversão) para crédito de liquidação duvidosa	716	(76.263)	(119.487)	
Depreciação	6	36	72	
Variação de ativos e obrigações	(3.096)	(168.831)	6.362	
Redução de títulos e valores mobiliários	224.247	251.682	15.038	
(Aumento)/Redução de operações de crédito	(223.957)	36.310	(143.819)	
(Aumento)/Redução de outros créditos	878.383	976.156	(557.683)	
Redução de outros valores e bens	75	42	4.169	
Aumento/(Redução) de depósitos	(37.464)	(78.526)	24.277	
(Redução) de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	(213.481)	(498.711)	(68.685)	
Aumento/(Redução) de relações interfinanceiras e interdependências	6.303	(7.567)	6.663	
(Redução) de obrigações por empréstimos	(123.674)	(400.492)	(325.831)	
Aumento de obrigações por repasses	271.793	218.853	170.291	
(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	(54.880)	(29.757)	(23.757)	
Aumento/(Redução) de outras obrigações	(725.266)	(628.347)	943.414	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.175)	(8.474)	(37.715)	
Atividades de Investimento	116	153	-	
Alienação de imobilizado de uso	116	153	-	
Atividades de Financiamento	(10.399)	(10.399)	(7.961)	
Juros sobre capital próprio pagos	(10.399)	(10.399)	(7.961)	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.637	(70.644)	88.586	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	128.224	247.505	158.919	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	176.861	176.861	247.505	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.637	(70.644)	88.586	

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento e de câmbio.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 25 de março de 2020.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(f) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(h) Permanente

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

- Outros investimentos são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando a vida útil e econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566/08 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Provisões - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes - Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Obrigações legais - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(l) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 20% até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

(Em milhares de reais - R\$)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Disponibilidades	20.837	38.455
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	156.024	209.050
Total de caixa e equivalentes de caixa	176.861	247.505

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papel/vencimento	2019	2018
	Até 90 dias	Até 90 dias
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	209.050
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	156.024	-
	156.024	209.050

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	2019				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira Própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.685	51.941	62.626	62.618	8
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	58.571	-	58.571	58.475	96
	69.256	51.941	121.197	121.093	104

Papel/vencimento	2018					
	Até 90 dias	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
		De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira Própria						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	96	73.034	102.960	176.019	71	
Vinculados à prestação de garantias						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	73.671	-	73.559	112	
	96	146.705	102.960	249.578	183	

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho de R\$ 104 (ganho de R\$ 183 em 2018), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 57 de ganho (ganho de R\$ 110 em 2018), líquidos dos efeitos tributários.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, libor, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos
• Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	2019				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa					
Contratos a termo	9.806	10.404	5.833	18.143	44.186
Outros derivativos	612	3.331	-	-	3.943
	<u>10.418</u>	<u>13.735</u>	<u>5.833</u>	<u>18.143</u>	<u>48.129</u>
Posição passiva					
Contratos a termo	8.076	35.518	9.650	55.760	109.004
	<u>8.076</u>	<u>35.518</u>	<u>9.650</u>	<u>55.760</u>	<u>109.004</u>
	2018				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa					
Contratos a termo	12.139	77.963	50.260	20.853	161.215
Outros derivativos	1.310	6.186	-	-	7.496
Swap	2.615	-	-	-	2.615
	<u>16.064</u>	<u>84.149</u>	<u>50.260</u>	<u>20.853</u>	<u>171.326</u>
Posição passiva					
Contratos a termo	12.202	54.792	50.543	18.613	136.150
Swap	2.611	-	-	-	2.611
	<u>14.813</u>	<u>54.792</u>	<u>50.543</u>	<u>18.613</u>	<u>138.761</u>

• Contratos de Swap

Indexador	2018					
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva	Ganho/(Perda)
Libor x CDI	12.478	15.169	12.554	2.615	2.607	8
CDI x Libor	12.478	12.558	15.169	(2.611)	(2.605)	(6)
	<u>24.956</u>	<u>27.727</u>	<u>27.723</u>	<u>4</u>	<u>2</u>	<u>2</u>

Os contratos de Swap foram negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não havia operações de contratos de Swap em aberto.

• Contratos de operações a termo

Tipo	2019				
	Valor financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de Curva
Compra - Dólar	1.761.274	5.984	102.039	(96.055)	(72.655)
Venda - Dólar	947.333	38.202	6.965	31.237	18.355
	<u>2.708.607</u>	<u>44.186</u>	<u>109.004</u>	<u>(64.818)</u>	<u>(54.300)</u>
Tipo	2018				
	Valor financeiro do contrato	Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de Curva
Compra - Dólar	2.409.077	63.090	97.016	(33.926)	16.324
Venda - Dólar	1.090.076	98.125	39.134	58.991	38.381
	<u>3.499.153</u>	<u>161.215</u>	<u>136.150</u>	<u>25.065</u>	<u>54.705</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• Contratos futuros

Tipo	2019				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	-	-	79.856	10.826	90.682
Venda DI1	127.956	123.162	130.233	81.279	462.630
Cupom cambial:					
Venda DDI	14.103	-	82.952	15.672	112.727
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	152.159	-	-	-	152.159
Venda DOL	31.174	-	-	-	31.174
	<u>325.392</u>	<u>123.162</u>	<u>293.041</u>	<u>107.777</u>	<u>849.372</u>

(Em milhares de reais - R\$)

Tipo	2018				Total
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Mercado interfinanceiro:					
Venda DI1	3.998	298.316	427.166	144.559	874.039
Cupom cambial:					
Compra DDI	1.162	-	-	-	1.162
Venda DDI	-	19.069	-	-	19.069
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	52.311	-	-	-	52.311
	<u>57.471</u>	<u>317.385</u>	<u>427.166</u>	<u>144.559</u>	<u>946.581</u>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 417 (ajuste a pagar de R\$ 185 em 2018), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

• **Outros derivativos**

Tipo	2019			Valor de Curva
	Valor financeiro do contrato	Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	818.860	3.943	3.943	25.394

Tipo	2018			Valor de Curva
	Valor financeiro do contrato	Valores a receber	Posição líquida	
Venda - Dólar	1.361.705	7.496	7.496	(36.963)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

(a) **Por tipo de operação**

Descrição	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Financiamentos à exportação	1.182.490	72,33	1.198.066	59,14
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	337.206	20,63	692.128	34,16
Financiamentos à exportação indireta	92.139	5,64	132.144	6,52
Empréstimos	22.901	1,40	3.630	0,18
	<u>1.634.736</u>	<u>100,00</u>	<u>2.025.968</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	1.087.016	66,49	1.117.415	55,16
Operações de crédito - Longo prazo	210.514	12,88	216.425	10,68
Carteira de câmbio - Circulante	337.206	20,63	692.128	34,16

(b) **Por vencimento**

Descrição	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	-	-	81.551	4,03
A vencer até 3 meses	168.387	10,30	148.771	7,34
A vencer de 3 a 12 meses	1.255.835	76,82	1.579.221	77,95
A vencer de 1 a 3 anos	179.413	10,98	155.975	7,70
A vencer de 3 a 5 anos	31.101	1,90	60.450	2,98
	<u>1.634.736</u>	<u>100,00</u>	<u>2.025.968</u>	<u>100,00</u>

(c) **Por setor de atividade**

Descrição	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.242.395	76,00	1.390.583	68,64
Indústria	42.091	2,57	77.660	3,83
Comércio	220.517	13,49	405.715	20,03
Outros serviços	129.733	7,94	152.010	7,50
	<u>1.634.736</u>	<u>100,00</u>	<u>2.025.968</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	2019	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	323.258	-
Operações de crédito - Financiamentos e exportação indireta	92.139	-
Empréstimos no exterior - Exportação	-	323.693
Repasses do exterior	-	92.139
	<u>415.397</u>	<u>415.832</u>

Descrição	2018	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	680.546	-
Operações de crédito - Financiamentos e exportação indireta	132.144	-
Operações de crédito - Empréstimos	81.687	-
Empréstimos no exterior - Exportação	-	726.257
Repasses do Exterior	-	132.144
CDB - Vinculado	-	86.696
	<u>894.377</u>	<u>945.097</u>

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	2019		Valor da Provisão
	Parcelas a vencer	%	
AA	319.215	19,53	-
A	901.485	55,15	4.508
B	225.707	13,81	2.257
D	113.172	6,92	11.317
E	6.936	0,42	2.081
G	68.221	4,17	47.754
	<u>1.634.736</u>	<u>100,00</u>	<u>67.917</u>

Nível	2018			Valor da Provisão	
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total		
AA	456.409	-	456.409	22,53	-
A	1.064.528	-	1.064.528	52,54	5.323
B	243.757	-	243.757	12,03	2.437
D	6.319	-	6.319	0,31	632
E	28.276	81.551	109.827	5,42	32.948
F	84.577	-	84.577	4,18	42.289
H	60.551	-	60.551	2,99	60.551
	<u>1.944.417</u>	<u>81.551</u>	<u>2.025.968</u>	<u>100,00</u>	<u>144.180</u>

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito

Descrição	2019	2018
Saldo inicial	144.180	280.132
Constituição	10.922	92.654
Reversão	(87.185)	(212.141)
Baixa para prejuízo	-	(16.465)
Saldo final	<u>67.917</u>	<u>144.180</u>
Operações de crédito - Circulante	28.100	46.340
Operações de crédito - Longo prazo	39.050	70.750
Outros créditos - Circulante	767	27.090

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram recuperados R\$ 5.169 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 19.684 em 2018), e renegociados créditos no montante de R\$ 127.057 (R\$ 29.239 em 2018).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco Cargill S.A. efetuou cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios para parte relacionada. O valor da transação foi de R\$ 121.393 e gerou uma reversão na provisão para devedores duvidosos de R\$ 120.442. A transação não gerou lucros ou perdas no resultado além da reversão da provisão para devedores duvidosos mencionado anteriormente. Não foram efetuadas cessões de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de reais - R\$)

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	2019	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	330.723	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	9.513	-
Direito sobre venda de câmbio	831.534	-
Câmbio vendido a liquidar	-	806.140
Obrigações por compra de câmbio	-	330.446
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(327.693)
Circulante	<u>1.171.770</u>	<u>808.893</u>
Descrição	2018	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	713.158	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	24.982	-
Direito sobre venda de câmbio	1.394.505	-
Câmbio vendido a liquidar	-	1.431.456
Obrigações por compra de câmbio	-	667.341
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(667.146)
Circulante	<u>2.132.645</u>	<u>1.431.651</u>

Em 2019 e 2018, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	2019
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	821.515
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	10.019
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(806.140)
Carteira de Câmbio	<u>25.394</u>
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	<u>29.337</u>
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	<u>3.943</u>
Descrição	2018
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	1.370.653
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	22.185
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(1.429.801)
Carteira de Câmbio	<u>(36.963)</u>
Outros Derivativos - Ajuste a mercado negativo	<u>(29.467)</u>
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	<u>7.496</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as receitas apropriadas do prêmio foram de R\$ 50.652 (R\$ 36.405 em 2018) e os ajustes a valor de mercado foram R\$ 29.337 positivo (R\$ 29.467 negativo em 2018), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2019	2018
Créditos tributários (nota 15c)	39.518	65.495
Devedores por depósitos em garantia (nota 17a)	27.158	38.689
Impostos e contribuições a compensar	-	4.162
Adiantamento e antecipações salariais	4	9
Outros	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>66.682</u>	<u>108.357</u>
Circulante	13.043	34.499
Longo prazo	53.639	73.858

10. IMOBILIZADO

Descrição	2019			2018	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10	13	13	-	-
Sistema de processamento de dados	20	166	166	-	-
Veículos	20	-	-	-	189
		<u>179</u>	<u>179</u>	-	<u>189</u>

11. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	2019		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	192	10.775	10.967
Pessoas físicas	88	-	88
Sociedades ligadas	3	-	3
	<u>283</u>	<u>10.775</u>	<u>11.058</u>

Segmento de mercado	2018		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Total
Sociedades ligadas	22	87.950	87.972
Indústria, comércio e serviços	1.014	-	1.014
Pessoas físicas	598	-	598
	<u>1.634</u>	<u>87.950</u>	<u>89.584</u>

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título Emitido	2019			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	54.640	28.727	3.715	87.082
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	10.731	-	7.010	17.741
	<u>65.371</u>	<u>28.727</u>	<u>10.725</u>	<u>104.823</u>

Título Emitido	2018			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	99.332	168.166	144.904	412.402
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	91.433	4.142	95.557	191.132
	<u>190.765</u>	<u>172.308</u>	<u>240.461</u>	<u>603.534</u>

Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixado de 92% a.a. a 94% a.a. da variação do DI (90% a.a. a 94% a.a. em 2018).
Letras de Crédito Imobiliário referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 90% a.a. a 96% a.a. da variação do DI (90% a.a. a 94% a.a. em 2018) e taxa de juros pré-fixada de 6,75% a.a. a 7,12% a.a. em 2018.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	2019			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	51.347	84.382	201.686	337.415

Obrigações em moeda estrangeira	2018			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	169.368	240.673	327.866	737.907

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 2,59% a.a. a 8,60% a.a. (3,73% a.a. a 8,50% a.a. em 2018).

14. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	2019			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	-	3.372	665.066	668.438
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	60.621	31.518	-	92.139
	<u>60.621</u>	<u>34.890</u>	<u>665.066</u>	<u>760.577</u>

Obrigações em moeda estrangeira	2018			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	-	2.726	406.854	409.580
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	26.830	105.314	-	132.144
	<u>26.830</u>	<u>108.040</u>	<u>406.854</u>	<u>541.724</u>

Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 2,53% a.a. a 2,68% a.a. na forma da Resolução CMN nº 3.844/10 e (3,42% a.a. a 3,46% a.a. em 2018), 7,80% a.a. a 11% a.a. na forma da Resolução CMN nº 2.921/02 e (8,04% a.a. a 11% a.a. em 2018).

(Em milhares de reais - R\$)

15. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	2019	2018
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	184.660	209.600
Juros sobre o Capital Próprio	(45.000)	(35.000)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social - Ajustado	139.660	174.600
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 40% em 2019 e 45% em 2018	(55.864)	(78.571)
Impacto da redução da alíquota da CSLL sobre a base (net) do diferido nas operações com vencimento a partir de janeiro/2019 - Lei nº 13.169/15	-	(453)
Impacto do aumento da alíquota da CSLL sobre a base (net) do diferido nas operações com vencimento a partir de março/2020 - PEC 6/2019	3.623	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	-	1
Outros	34	36
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	<u>(52.207)</u>	<u>(78.987)</u>

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20%, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos ativos e passivos fiscais correspondentes.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, aprovada pelo Congresso Nacional em 23 de outubro de 2019, dentre outros assuntos, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20%, a partir de março de 2020, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos ativos e passivos fiscais correspondentes.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/06 e CMN nº 4.192/13, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos da CSLL foram reconhecidos pela alíquota de 20% em 2018 e 15% para base com previsão de realização até fevereiro de 2020 e 20% para base com previsão de realização a partir de março de 2020.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2018	Constituição	Reversão	31/12/2019
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	73	136	(162)	47
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	7.678	(7.324)	354
	<u>73</u>	<u>7.814</u>	<u>(7.486)</u>	<u>401</u>

(c) Ativo fiscal diferido

• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2018	Constituição	Reversão	31/12/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	57.672	444.116	(471.242)	30.546
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	1.761	25.808	(24.659)	2.910
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.062	-	-	6.062
Total dos créditos registrados	<u>65.495</u>	<u>469.924</u>	<u>(495.901)</u>	<u>39.518</u>

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	7.279	5.758	13.037
Até 2 anos	2.707	2.166	4.873
Até 3 anos	7.072	5.658	12.730
Até 4 anos	1.243	995	2.238
Até 5 anos	321	257	578
Acima de 5 anos	6.062	-	6.062
Total	<u>24.684</u>	<u>14.834</u>	<u>39.518</u>

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 37.106 (R\$ 61.497 em 2018), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES
(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2019	2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	17.402	-
Passivo fiscal diferido (nota 15b)	401	73
Impostos e contribuições a recolher	382	5.250
Impostos e contribuições sobre salários	82	107
COFINS	62	218
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	25	18
IOF	-	224
Outros	1	37
Circulante	<u>18.355</u>	<u>5.927</u>

(b) Diversas

Descrição	2019	2018
Provisão para contingências (nota 17a)	27.158	27.158
Despesas de pessoal	229	336
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 19)	172	90
Publicações	95	95
Auditoria Externa	33	-
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	28	139
	<u>27.715</u>	<u>27.818</u>
Circulante	557	660
Longo prazo	27.158	27.158

17. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS
(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações nos exercícios de 2019 e de 2018

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3k.

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Valores provisionados		Depósitos judiciais	
	2019	2018	2019	2018
CSLL	2.910	2.910	2.910	2.910
PIS	3.237	3.237	3.237	14.768
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	246	246	246	246
INSS	810	810	810	810
	<u>27.158</u>	<u>27.158</u>	<u>27.158</u>	<u>38.689</u>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2019 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em 2018).

O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados, o que foi negado pelo juiz. Da decisão que indeferiu o pedido, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2019 as provisões totalizaram R\$ 1.056 (R\$ 1.056 em 2018).

O Banco questiona o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrido a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2019, as provisões totalizaram R\$ 2.910 (R\$ 2.910 em 2018).

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 71.651 (R\$ 22.465 em 2018) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 14.253 (R\$ 14.154 em 2018).
- Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R\$ 9.823 (R\$ 8.311 em 2018).
- Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre o Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R\$ 47.498.

(Em milhares de reais - R\$)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 408.475.347 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2018 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 27.039 com emissão de 27.038.703 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 20 de fevereiro de 2019. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 34.601 com emissão de 34.601.680 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 19 de fevereiro de 2020.

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Juros sobre o capital próprio

Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 28 de dezembro de 2018, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 35.000, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 15.750. Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2019, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 45.000, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 18.000.

(d) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(e) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

19. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:

Depósitos à vista: Cargill Brasil Participações Ltda., Central Energética Vale do Sapucaí Ltda., SJC Bioenergia S.A. e TES – Terminal Exportador de Santos.

Depósitos a prazo: Cargill Agrícola S.A.

Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc.

Operações a termo e swap: Cargill Agrícola S.A. e SJC Bioenergia S.A.

Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A.

Os valores apurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram:

Descrição	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos à vista	(3)	(22)	-	-
Depósitos a prazo	-	(87.950)	(4.960)	(8.568)
Obrigações por empréstimos	(337.415)	(737.907)	(68.833)	(204.029)
Obrigações por repasses do exterior	(760.577)	(541.724)	(37.213)	(59.549)
Operações a termo e swap	(8.973)	(43.026)	3	(3.525)
Valores a pagar sociedades ligadas	(172)	(90)	(2.516)	(6.788)

20. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	2019	2018
Rendas de financiamentos à exportação	85.684	131.570	151.040
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.169	5.169	19.684
Rendas de empréstimos	1.737	2.702	7.772
	<u>91.590</u>	<u>139.441</u>	<u>178.496</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	2019	2018
Títulos de renda fixa	4.565	12.769	17.491
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.990	9.820	7.510
	<u>7.555</u>	<u>22.589</u>	<u>25.001</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	2019	2018
Contratos de operações a termo	152.997	131.736	76.749
Contratos futuros	(9.078)	1.764	57.303
Outros derivativos	(132)	(3.554)	6.152
Swap	-	-	198
	<u>143.787</u>	<u>129.946</u>	<u>140.402</u>

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	2019	2018
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	4.059	12.770	17.159
Depósitos a prazo - CDB	2.563	5.448	8.568
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	864	4.862	9.038
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	131	422	691
Operações compromissadas - carteira própria	-	-	1
	<u>7.617</u>	<u>23.502</u>	<u>35.457</u>

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	2019	2018
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	45.075	68.833	204.029
Despesas com repasses do exterior	32.904	37.213	59.549
	<u>77.979</u>	<u>106.046</u>	<u>263.578</u>

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	2019	2018
Resultado com variação cambial	(122.623)	(116.373)	87.199
Resultado com prêmios sobre interbancário	25.574	50.652	36.405
Resultado de operações de câmbio	15.285	37.699	59.015
Outros	647	1.543	2.845
	<u>(81.117)</u>	<u>(26.479)</u>	<u>185.464</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	2019	2018
Proventos	3.346	4.575	4.759
Encargos sociais	2.094	2.699	1.793
Benefícios	123	255	219
Outros	18	44	3
	<u>5.581</u>	<u>7.573</u>	<u>6.774</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	2019	2018
Serviços técnicos especializados	1.238	4.013	7.822
Processamento de dados	1.014	2.074	1.905
Contribuições e Doações	477	959	1.813
Serviços do sistema financeiro	448	900	1.124
Emolumentos judiciais e cartorários	224	255	205
Contribuição entidades de classe	92	199	151
Aluguel	95	165	188
Viagens	101	123	61
Publicações	60	120	115
Depreciações	6	36	72
Outros	61	179	108
	<u>3.816</u>	<u>9.023</u>	<u>13.564</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	2019	2018
Contribuição à COFINS	3.527	6.879	5.411
Contribuição ao PIS	591	1.168	948
CIDE	366	1.062	1.445
ISS	190	537	723
Outros	63	110	113
	<u>4.737</u>	<u>9.756</u>	<u>8.640</u>

(Em milhares de reais - R\$)

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	3.889	3.889	-
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	-	3.448	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	-	959	6
Reversão de provisões operacionais	-	-	32
Outros	77	228	17
	<u>3.966</u>	<u>8.524</u>	<u>55</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	2019	2018
Despesas de comissão	3.358	7.781	11.408
Descontos concedidos em operações de crédito	461	1.544	501
Monitoramento de lavoura	304	608	547
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	-	-	98.698
Despesas de processos judiciais - operações de crédito	19	28	33
Outros	17	56	241
	<u>4.159</u>	<u>10.017</u>	<u>111.428</u>

21. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

(a) Governança corporativa

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo-se como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Alta Administração e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de *stress*.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

A Alta Administração do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(g) Índice de Basileia

Descrição	2019	2018
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	1.858.409	1.901.892
Patrimônio de Referência (PR)	630.151	508.149
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	156.498	172.113
Valor total da parcela RBAN	7.825	8.074
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	427.193	300.376
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	33,91%	26,72%
Índice de Basileia Amplo ((PR - RBAN * F) ÷ RWA)	32,43%	25,55%
Fator "F"	8%	8,625%

Conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193/13 o Fator "F" vigente para o ano de 2019 é de 8% (8,625% em 2018).

A Resolução ainda prevê a partir de 2016 reduções de 0,625% até 2019, quando o Fator "F" será de 8%.

(h) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Demonstrativos e Relatórios".

22. OUTRAS INFORMAÇÕES
(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 6.916 (R\$ 14.443 em 2018) refere-se na sua totalidade a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

O Banco mantém para seus funcionários dois planos de previdência complementar, o primeiro para os funcionários contratados até 31 de dezembro de 2009 e o segundo para os funcionários contratados a partir de 1º de janeiro de 2010, administrados pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Trata-se de, respectivamente, um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, o primeiro possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos os funcionários cobertos e uma parcela opcional de contribuição definida (os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10% do salário bruto), com uma contrapartida de 100% e, o segundo, por se tratar de um plano de contribuição definida, é opcional também a participação do funcionário podendo o mesmo realizar contribuições que variam de 0,10% a 7,50% da parcela do salário que exceder a R\$ 2,5 (Dois mil e quinhentos reais) com uma contrapartida de 150%. O volume financeiro vertido para os planos durante o exercício de 2019 foi de R\$ 168 (R\$ 155 em 2018).

O Banco também oferece um plano de previdência complementar com finalidade específica administrado da mesma forma pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e tem como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

(Em milhares de reais - R\$)

(i) Superavit do plano		
	2019	2018
Plano de aposentadoria	244	1.736
(ii) Principais hipóteses atuariais		
	2019	2018
Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial		
Taxa de desconto nominal	7,27%	9,23%
Taxa de aumento nominal do salário	6,60%	7,12%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,50%	4,00%
Hipóteses usadas para determinar a despesa/receita a ser reconhecida		
Taxa de desconto nominal	9,23%	10,09%
Taxa de aumento nominal do salário	7,12%	7,53%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00%	4,40%
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
(iii) Análise de sensibilidade		
	2019	2018
Valor presente das obrigações de benefícios definidos		
Taxa de desconto - 100 pontos percentuais	1.243	2.297
Taxa de desconto + 100 pontos percentuais	890	1.588
Taxa de redução de salário	981	1.756
Taxa de aumento de salário	1.116	2.056
Taxa de mortalidade futura -1	1.025	1.873
Taxa de mortalidade futura + 1	1.064	1.921

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Diante da pandemia do coronavírus em todo o mundo o Banco Cargill reafirma a preocupação com seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços e toda a comunidade em que está inserido. Alinhado as recomendações dos Órgãos Governamentais, o Banco Cargill ativou seu Plano de Gestão de Crises para analisar as informações acerca desta pandemia e colocou em prática o Plano de Continuidade de Negócios, estando todos os funcionários e colaboradores no regime de trabalho "home-office" desde 17 de março de 2020. O Plano de Continuidade de Negócios tem garantido o pleno funcionamento das operações e o atendimento as necessidades dos clientes de forma normal. Adicionalmente, a administração do Banco Cargill considera que no curto prazo os possíveis impactos econômicos e comerciais serão controlados. A liderança do Plano de Gestão de Crises tem monitorado e avaliado esta situação de forma diária.

DIRETOR PRESIDENTE

Paulo Humberto Alves de Sousa

DIRETORES

Marlon Glauco Lázaro
Reinaldo Modena

CONTADOR

Marcelo Pongeluppi
CRC 1SP212314/O-4

Aos Acionistas e aos Administradores do **Banco Cargill S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2020



Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria@bancocargill.com.br
www.bancocargill.com.br